

Aldori Silva



O líder indígena acredita numa relação de igual para igual com o branco

Índios procuram o diálogo

• Terena diz que é hora de dar voz aos mudos da história

Se a ONU der o seu aval, três índios deverão ir a Genebra no próximo dia 12 de agosto, para participar das discussões preparatórias da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O Comitê Intertribal — 500 anos de Resistência já elaborou um documento com propostas e indicou Marcos Terena, Daniel Capixi e Pedro Cornélio para representá-lo na reunião.

Terena (da tribo Terena, do pantanal sul-matogrossense) é o coordenador geral do Comitê, Capixi (Paresi, do Mato Grosso) e Cornélio (Kaingang, do Paraná) são conselheiros e atuam como educadores biculturais e ambientais em suas aldeias. Os debates em Genebra serão divididos em três temas — água, floresta e atmosfera —, daí a necessidade de três representantes. Mas as intenções dos índios brasileiros vão mais longe. Segundo Terena, eles buscam uma participação conjunta com os índios de toda a América (incluindo o extremo norte do Ca-

nadá) e também do norte da Finlândia, Suécia, Noruega e até Rússia. "Todos temos um ponto em comum: a sobrevivência auto-sustentável em relação ao meio ambiente e a necessidade de demarcação de nossas terras", explica.

O líder indígena, de 36 anos, esclarece que "não queremos ser considerados como ONG (organização não-governamental) nem como oficiais, mas como povos que dominam uma tecnologia de relação com a natureza". Mas como se efetivaria isso na prática, já que a ONU trabalha apenas com Estados? "Na última reunião — diz Terena — em abril, da qual participei, as Nações Unidas recomendaram os governos que levem em consideração o desenvolvimento econômico que os povos antigos praticaram secularmente. Isso abre uma brecha para uma participação mais oficial".

E Terena é enfático: "Chegou o momento de conscientizar a sociedade não indígena de que é hora de dar voz aos grandes mudos da história." Por isso mesmo, ele rejeita aqueles que tentam transformar o meio ambiente em marketing. "Estaremos mexendo, em 92, com a última esperança dos índios de terem reconhecida a sabedoria que desenvol-

veram ao longo desses 500 anos." Lembra ainda que "a cultura está sempre ligada à economia", e esse é o motivo da necessidade de autossuficiência e autodeterminação dos índios (um das propostas contidas no documento para Genebra). "Eu posso ser o que você é sem deixar de ser quem sou, sem deixar de ser xavante, carajá, etc. O termo índio é muito genérico", sintetiza.

Daqui até a Rio-92, o documento dos índios deverá sofrer ainda modificações, inclusive com contribuições internacionais. Também será elaborado um outro documento, denominado Postura Indígena, que definirá o pensamento dos índios em relação às sociedades envolventes. "Não dá mais para o índio ficar isolado do processo de desenvolvimento envolvente", admite Terena. "Aqui no Brasil sempre fomos vistos como obstáculos ao progresso. O diálogo com o branco nunca aconteceu. Só recebemos o que ele achava que precisávamos. Mas nós acreditamos num diálogo de igual para igual, mesmo com as diferenças, quando passamos pela educação bilíngue e bicultural. Temos que assimilar alguns valores da sociedade branca, e compartilhar também os nossos conhecimentos com a sociedade envolvente." (H.S.)

Propostas do documento de Genebra

• Temos uma concepção própria, passada de pai para filho, de que a natureza e o homem interagem de forma conjunta e não em separado, o que nos permite conviver com leis da natureza que coincidem com as recomendações mais recentes dos ambientalistas e conservacionistas. Não nos consideramos conservacionistas, mas sim conhecedores natos das leis que regem a natureza e regem seu equilíbrio...

• As ambições desenfreadas do falso

desenvolvimento ... nos colocam como meros obstáculos ao progresso. ... A partir de agora, queremos estabelecer novas fórmulas de intercâmbio na relação com a sociedade envolvente, que nos conduza a uma autossuficiência e posterior autodeterminação.

• Todo processo de elaboração de políticas dirigidas às Nações Indígenas deve contar com a participação e a coordenação direta de seus membros nas

tomadas de decisão, tanto a nível internacional como nacional.

• Para garantir o respeito à nossa autodeterminação e ao nosso sistema de organização, os governos devem reconhecer e aplicar as políticas de direitos humanos, territoriais, culturais, espirituais.

• Deve-se consolidar os direitos dos povos indígenas sobre sua propriedade intelectual, a biodiversidade das áreas que ocupam, seus usos científicos, técnicos e econômicos.